

apartes

NÚMERO 19 - MARÇO-ABRIL/2016

Distribuição gratuita

Acesso à leitura

Plano Municipal do Livro
vai levar literatura à
periferia, estimular
pequenas editoras e
popularizar bibliotecas

Literatura negra

Em entrevista, poeta Oswaldo de Camargo relata a luta contra o racismo

Vereador aviador

Ribeiro de Barros foi pioneiro na travessia do Atlântico



Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Milton Leite (Democratas)
2º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
1º Secretário: Adolfo Quintas (PSD)
2º Secretário: Adilson Amadeu (PTB)
1º Suplente: George Hato (PMDB)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSD), Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSD), Anibal de Freitas (PV), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PHS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PDT), Celso Jatene (PR), Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PP), Dalton Silvano (Democratas), David Soares (Democratas), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jamil Murad (PCdoB), Jean Madeira (PRB), Jonas Camisa Nova (Democratas), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Noemi Nonato (PR), Ota (PSB), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PTB), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PROS), Ricardo Young (Rede), Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PRB), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Ushitaro Kamia (PDT) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadih Mutran (PDT).

Expediente

Editores executivos: José Carlos T. de Camargo Filho e Maria Isabel L. Correa
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Leandro Uliam
Mídias sociais: Livia Tamashiro
Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Késsia Riany e Matheus Briet
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Foto de Marcelo Ximenez/CMSP e ilustração de Leonardo Pedrazzoli

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 18/4/2016

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



Nesta edição, falamos de histórias. Na reportagem de capa, *Para ler o mundo*, as histórias de pessoas que se desdobram para driblar a falta de acesso ao conhecimento e ter a chance de publicar e eternizar sua própria história. Gente que vive na periferia e transformou uma funilaria ou um bar em biblioteca. Ou que não se via representada nos livros existentes e decidiu colocar em prática sua literatura.

No ano passado, um grande passo foi dado para mudar essa realidade, com a aprovação, pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB). Construído a muitas mãos, por meio de vários debates, o Plano pretende integrar autores das comunidades aos acervos das bibliotecas, introduzir livros no dia a dia das pessoas (em terminais de ônibus, cestas básicas, feiras), estimular editoras independentes e pequenas livrarias e adotar programas para reduzir o preço de livros, entre outras medidas.

Além do Plano Municipal, a reportagem aborda outras iniciativas de vereadores para que o acesso aos livros seja facilitado, com mais disponibilização de espaços de leituras, vale-livros e incentivos que tornem a leitura mais corriqueira na cidade de São Paulo.

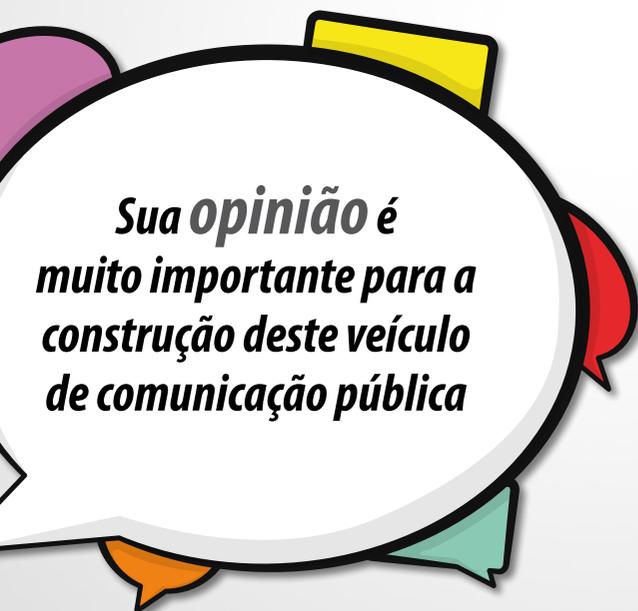
Na seção *Com a palavra*, o intelectual paulistano Oswaldo de Camargo conta as histórias de como os negros utilizam a literatura para combater o racismo e mostrar suas realidades. Como explica Camargo, a “literatura negra é a que o negro escreve olhando para si mesmo”.

O perfil deste número conta a fantástica história de João Ribeiro de Barros. Nome de rodovia importante no interior paulista, Barros é um dos heróis brasileiros, daqueles que deveriam ter destaque nos livros de história, mas muitas vezes ficam esquecidos. Numa época em que se tinha pouco acesso à tecnologia e em que as coisas eram feitas à base de muito esforço, ele foi o primeiro piloto das Américas a comandar uma travessia aérea do Oceano Atlântico, sem escalas nem suporte de navios. Se o fato é pouco conhecido pelos brasileiros, menos ainda são os que sabem que o comandante foi vereador paulistano por alguns dias.

Outra história curiosa resgatada nesta edição é a dos mercados 25 de Março e dos Caipiras, que ficavam na região central. Na seção *Desarquivando*, conheça a “revolta” dos comerciantes de galinhas e patos contra a Prefeitura, que tinha o projeto de retirá-los do principal mercado da cidade, o 25 de Março, e obrigá-los a se mudar para o dos Caipiras, considerado por eles em um “lastimável estado sanitário”.

Para fechar, a revista traz as histórias de Heleieth Saffioti, guerreira do movimento feminista que dá nome a um dos prêmios institucionais da CMSP, e da CPI dos Planos de Saúde, encerrada em fevereiro e cujas conclusões ainda devem render algumas histórias.

Uma ótima leitura a todos!



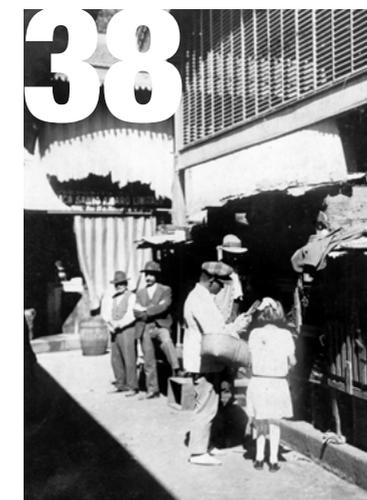
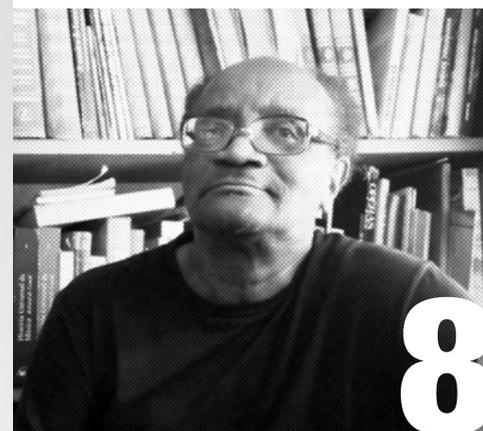
Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



SUMÁRIO

3 Palavra do Presidente

6 Notas

8 Com a palavra
Oswaldo de Camargo

12 CPI
Diagnóstico da saúde

16 PERFIL » João Ribeiro de Barros
O voo do João de Barros

26 Cultura
Para ler o mundo

34 Premiação
Uma noite de fomenagens

38 Desarquivando
A revolta das aves e dos ovos

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes



Home da página Todos contra o mosquito

CMSP reforça o combate ao *Aedes*

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e o Comitê Civil Contra o *Aedes* lançaram a página *Todos contra o mosquito*. A campanha está no portal da CMSP e tem informações sobre o combate ao transmissor da dengue, zika e chikungunya, o mosquito *Aedes aegypti*. Também estão disponíveis links para download de aplicativos de smartphones que mostram dicas de saúde, focos de contaminação e possibilitam a troca de informações entre usuários. O endereço é www.camara.sp.gov.br/todoscontraomosquito.

A CMSP aderiu ao Comitê por causa da proliferação das doenças transmitidas pelo *Aedes*. O presidente da Casa, vereador Antonio Donato (PT), pôs toda a estrutura da instituição à disposição das campanhas contra o mosquito. “Formalizamos esse comitê como institucional da Casa para que tenha mais peso e possa sensibilizar ainda mais os vereadores a participarem”, explicou o presidente. Também fazem parte do Comitê diversas entidades, como Forças Armadas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sindicatos.

Prêmio Sabotage celebra o hip-hop paulistano

O Prêmio Sabotage 2016 foi entregue em Sessão Solene, na CMSP, em 21 de março. A Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara, responsável pelo julgamento, escolheu entre 57 inscritos em quatro categorias: Erick Jay (melhor DJ); grupo A’s Trincas (melhor MC); Nenê Surreal (melhor grafiteira) e Elen Soul (melhor dançarina de break). Cada um recebeu uma Salva de Prata.

O prêmio visa reconhecer o trabalho de artistas que se destacam no cenário do hip-hop na cidade. A Comissão Julgadora foi formada pela b-girl Deise Miranda, o músico e skatista Lobão, a grafiteira Riska, o rapper Nego do Rap e o rapper Wellington Sonora. “Hoje, na periferia, você tem vários artistas e várias formas de organização e diálogo dessas comunidades. Esse prêmio foi construído através disso, e para fazer com que a Câmara trouxesse os participantes para cá e lhes desse uma premiação”, disse a vereadora Juliana Cardoso (PT), responsável pelo evento. O secretário municipal de Igualdade Racial, Maurício Pestana, também participou da premiação.



Nenê Surreal ganhou na categoria de melhor grafiteira

Compensações ambientais são tema de CPI

A Câmara Municipal instalou, em 15 de março, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Compensação Ambiental. O objetivo é investigar Termos de Ajuste de Conduta (TACs) do setor, documentos assinados entre o poder público e pessoas físicas ou jurídicas com o compromisso de resolver problemas causados ou compensar futuros danos. Os TACs podem evitar uma ação judicial. “Iremos apurar a falta de eficiência e transparência das compensações ambientais na cidade, averiguando e encaminhando denúncias para contribuir com a revisão da legislação”, declarou o vereador Ricardo Young (Rede), presidente da Comissão. O grupo irá verificar se existem TACs feitos para beneficiar quem prejudica o meio ambiente, entre outros temas. O relator da CPI é o vereador Natalini (PV). Para vice-presidente, foi escolhido Jonas Camisa Nova (Democratas) e para sub-relator, Calvo (PDT). Também fazem parte da Comissão Ari Friedenbach (PHS), Eliseu Gabriel (PSB), Jair Tatto (PT) e José Police Neto (PSD).

Parceria para aumentar transparência no Legislativo

O Legislativo paulistano assinou um termo de cooperação com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Open Knowledge – Rede pelo Conhecimento Livre. O acordo prevê cursos ministrados pela OSC sobre governança de dados e transparência na internet.

A Open Knowledge promove o conhecimento livre e a transparência entre governo e população, em busca de uma participação mais aberta para os que querem saber o que ocorre na vida pública. “Este é um marco institucional para desenvolver projetos que envolvam o uso de tecnologia da informação aumentando a participação cívica e a transparência”, declarou o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT).



Apresentação da banda da GCM durante homenagem às mulheres

Câmara homenageia mulheres de destaque

A Câmara Municipal comemorou o Dia Internacional da Mulher em Sessão Solene, no dia 10 de março. O evento contou com homenagens às profissionais que se destacaram pelo seu trabalho, dentro ou fora da CMSP.

As vereadoras Edir Sales (PSD), Juliana Cardoso (PT), Noemi Nonato (PR), Patrícia Bezerra (PSDB) e Sandra Tadeu (Democratas) compuseram a mesa. Também foram convidadas à mesa a presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da Terceira Região, Cecília Marcondes, a secretária municipal de

Políticas para as Mulheres, Denise Motta Dau, e a coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública estadual, Ana Rita Souza Prata. “A mulher já alcançou vários espaços, mas tem muito que conquistar e para isso ela deve ser cada vez mais respeitada”, disse a segunda vice-presidenta da CMSP, Edir Sales.

A segundo-sargento da Polícia Militar Sheila Aparecida Magrini Cruz, a guarda civil Inês Teixeira Perrone e a chefe do Cerimonial da CMSP, Cecília de Arruda, receberam uma placa comemorativa da Mesa Diretora. Outras 16 mulheres também foram homenageadas a partir de escolhas dos partidos com representação na CMSP.

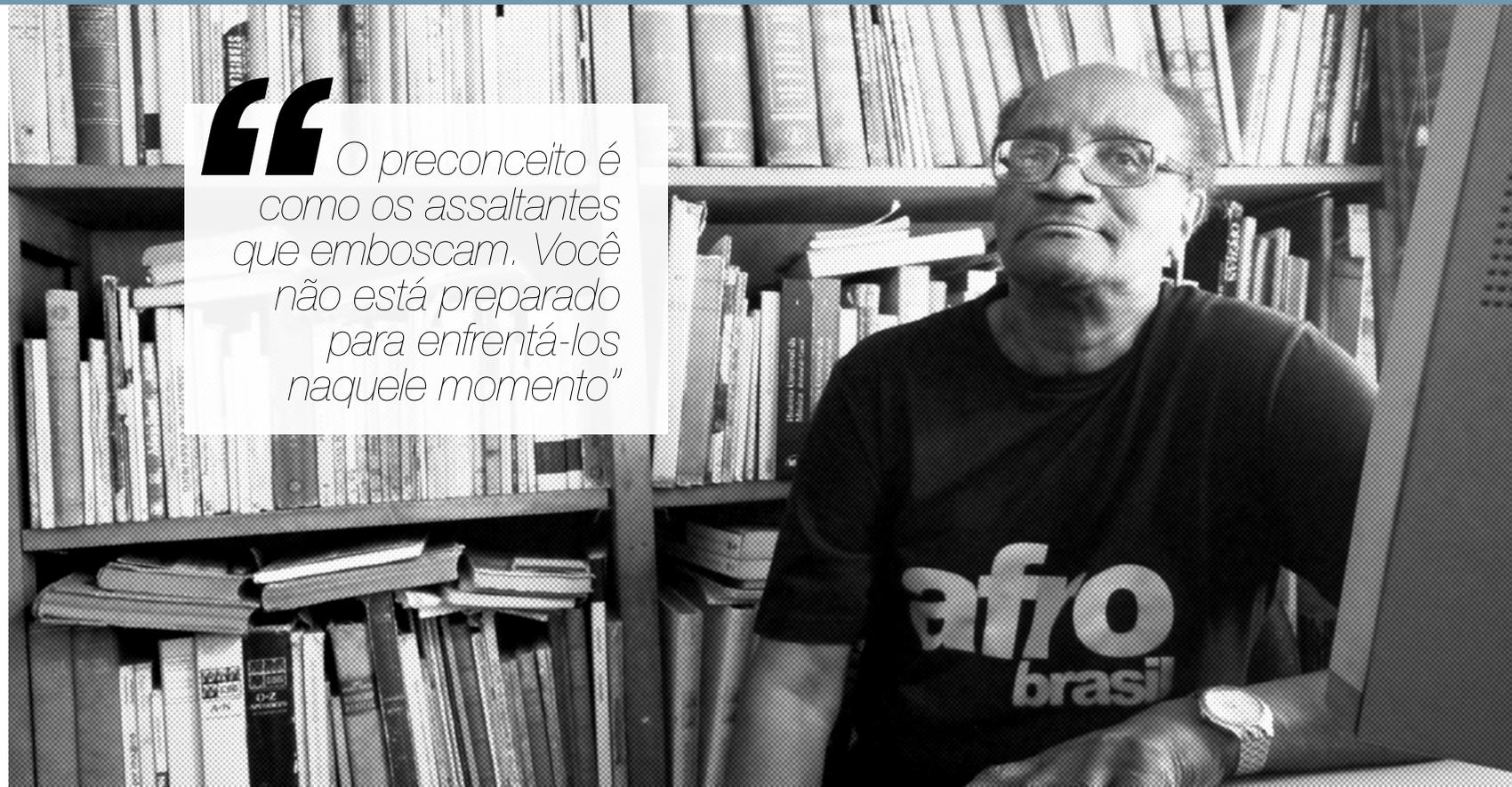
ERRATA

Na reportagem GCM completa 30 anos, publicada na edição passada, há erro no número de uma Emenda à Lei Orgânica. O correto é 39/2015, em vez de 3/2015.

Oswaldo de Camargo

O escritor explica como os negros utilizam a literatura para combater o racismo e mostrar suas realidades

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br
Colaborou Matheus Briet



“O preconceito é como os assaltantes que emboscam. Você não está preparado para enfrentá-los naquele momento”

Filho de colhedores de café analfabetos, o poeta, contista, romancista, pesquisador e jornalista Oswaldo de Camargo fez das palavras sua arma contra o racismo, o preconceito e a indiferença. “Minha militância é na literatura”, orgulha-se. Segundo o escritor, “o negro não é só vítima do preconceito, também é vítima da indiferença”.

Aos 79 anos, Camargo é especialista em literatura negra, autor do livro *O negro escrito – apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira* e considerado um dos principais representantes no Brasil desse segmento literário. Entre suas obras, destacam-se *A descoberta do frio*, *O oboé* e *Raiz de um negro brasileiro*. Por seu ensaio sobre literatura negra ele recebeu a Medalha de Mérito Cruz e Sousa, da Secretaria de Cultura de Santa Catarina, e a Medalha Zumbi dos Palmares, da Câmara Municipal de Salvador (BA).

No ano passado, foi homenageado pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) com o Título de Cidadão Paulistano, por iniciativa do vereador Antonio Donato (PT). Uma frase de Camargo, na antologia de poetas negros *A razão da chama*, resume sua vida e obra: “Eu tenho na minh’alma a angústia de todas as raças. Só há um pormenor: sou um negro”. Entre centenas de li-

vros, dezenas de obras de arte da cultura negra e brinquedos do primeiro bisneto, Camargo conversou com a **Apertes** sobre negritude, preconceito e literatura.

Qual a sua militância no movimento negro?

Meu movimento é a literatura. Não tenho atitudes políticas, de sair na rua, de fazer protestos. Todo meu protesto é com a palavra. Acredito na força da literatura, na força da palavra, na força de cavoucar a história do negro e levá-la para o texto. Isso falta. Falta voz ao negro. Eu tento, como negro, dar voz à minha turma, que tem pouca voz.

Qual a situação do negro na cidade de São Paulo?

O negro é o segmento mais empobrecido, menos valorizado, aparece pouco na mídia. E quando aparece, não é na sua dignidade, aparece geralmente na sua decadência. São Paulo é uma cidade que tem muita gente de fora, muita gente procurando sucesso. Mas, por questões históricas, o negro nessa corrida está

mais enfraquecido. O rosto de uma pessoa abre o seu caminho e, muitas vezes, o do negro ainda não é um rosto que abre caminhos. Até pessoas de sucesso na mídia, como a atriz Taís Araújo, um exemplo de beleza negra, sofrem com o preconceito [em 2015, a atriz sofreu ataques racistas nas redes sociais].

É possível resolver a questão do preconceito?

No Brasil, o preconceito, a olhada ruim sobre o negro, essa visão de indiferença, está introjetado há muito tempo. Diminuir isso demanda muito trabalho, pois os negros estão geralmente nas classes mais enfraquecidas, com moradia

ruim, pouco nível universitário e, o mais importante, sem o respeito que se deve a todo ser humano.

O senhor já foi vítima de racismo?

O primeiro encontro racista foi dentro da Igreja, quando tentei ser padre. A dificuldade foi muito grande. Um seminário daqui perto de São Paulo não me aceitou. Eu tinha 12 anos, era um menino inocente, mas inteligente. Com perspectivas. Estudava no Colégio Reino da Garotada, em Poá (região metropolitana de São Paulo), e os padres holandeses que o administravam estavam convencidos de que eu tinha vocação para ser padre. Mas eles nunca imaginaram que seria tão difícil encontrar um seminário que

me aceitasse. Foi o primeiro contato que tive com o racismo. Não me aceitaram no seminário por uma questão puramente racial.

Houve outros casos?

Aqui no Brasil o preconceito é como os assaltantes que emboscam. Você não está preparado para enfrentá-los naquele momento. Já fui proibido de entrar no elevador social em um prédio nos Jardins (bairro nobre de São Paulo). Só entrei depois que ameacei chamar a reportagem do *Jornal da Tarde*, onde eu trabalhava na época. Também já tive a bolsa revistada porque olhei para um carro de polícia, aqui perto de casa, em Lauzane Paulista. Só pelo fato de eu ter olhado para uma viatura, o policial falou “vem cá, abre sua bolsa”. Faria com um branco? Duvido. E digo mais: é tão doloroso, porque muitos negros acabam tendo preconceito contra os próprios negros.

O senhor convive com intelectuais. Nesse meio há preconceito?

O preconceito não poupa o intelectual, mas geralmente ele é mais resguardado devido a sua visão de mundo mais esclarecida. Muitas vezes o preconceito e o racismo são frutos de uma crassa ignorância.

O senhor acha que seu bisneto, Miguel, de dois anos, sofrerá preconceito?

Não do jeito que eu sofri. Mas devemos levar em conta que o preconceito é um camaleão. Num País com uma população negra maior que a branca, é difícil evitar que os negros

entrem nas faculdades. Porém você olha a porcentagem e percebe que o número de brancos cresce em segmentos de prestígio e que o número de negros fica lá atrás. O preconceito não começa quando se entra na faculdade. As portas fechadas começam na infância. Na hora de começar a corrida, o negro já sai com uma desvantagem. Mas, como católico, sou um otimista. Acho que paciência e esperança são grandes virtudes para os negros.

Qual esperança os negros podem ter?

Estamos em um mundo conturbado, um mundo ruim em todos os aspectos, em todas as partes, onde temos terrorismo. Aqui no Brasil o desemprego está podando os mais desvalidos, que vão sofrer mais, eles precisam ter esperança. Imagine a pessoa desempregada, que não tem casa própria, que tem

três filhos. Se não tem esperança, você desanima e diz “não tem jeito, eu vou parar”. Você tem de continuar lutando. Na medida em que você pessoalmente cresce, conclui seus projetos, educa-se e educa sua família, você está combatendo o preconceito, você está blindando aquele jovem para poder responder como se deve a um racista.

O que é literatura negra?

Literatura negra é a literatura que o negro escreve olhando a si mesmo. Eu tenho várias realidades, sou brasileiro, homem, nasci em Bragança Paulista (interior de São Paulo), moro na capital. Eu me olho, na minha humanidade, com essa carga, esses coloridos, homem, brasileiro. Aí eu percebo que tem uma coisa que está me diferenciando. Historicamente, politicamente eu estou sendo diferenciado, eu tenho uma

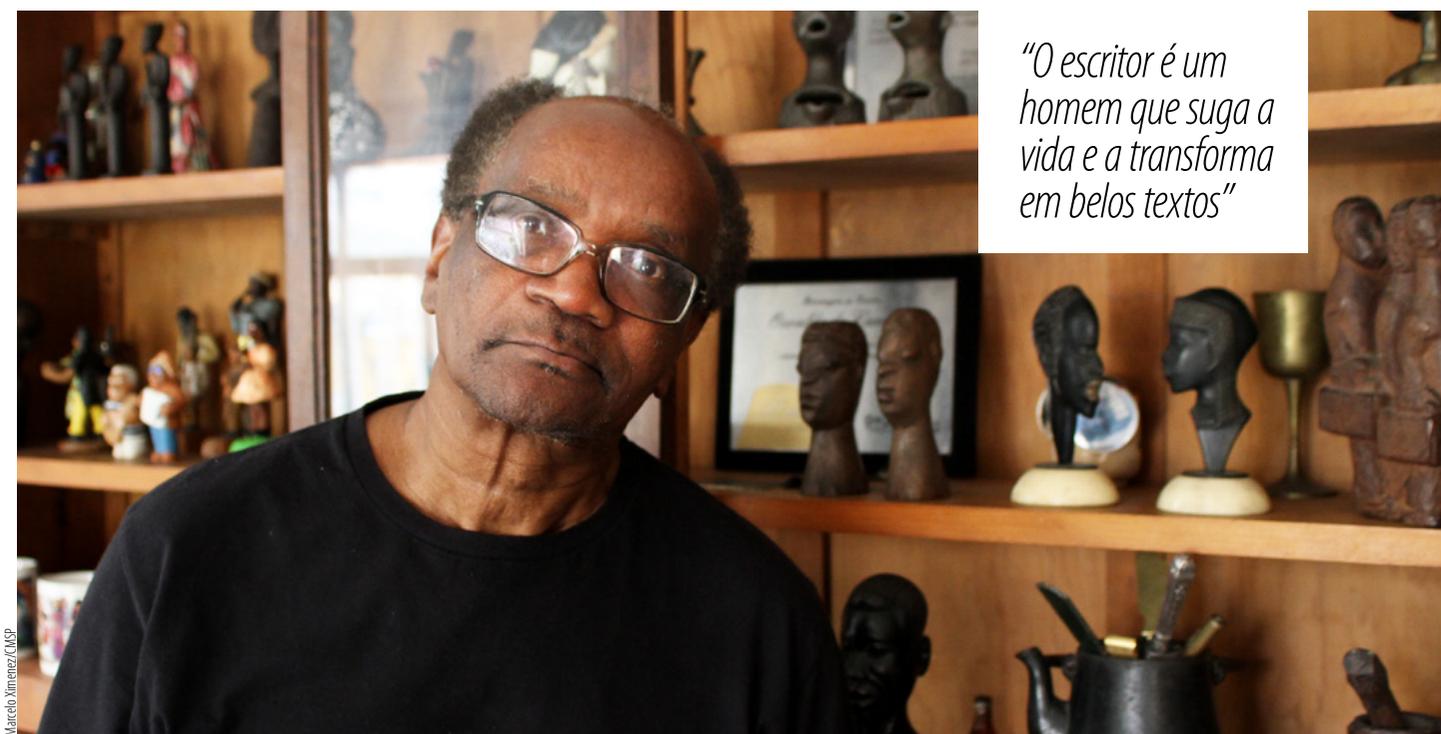
diferença: a minha origem. Meus bisavós vieram da África. Eu reúno todos esses dados e resolvo escrever algo em torno, compactuando com essas diferenças, com essas nuances, com esses fatos históricos que repercutiram dentro de mim e me tornaram um homem que tem uma visão de mundo, em muitos aspectos, diferenciado do comando ocidental, aí eu estou fazendo uma literatura negra. É a literatura que o negro escreve olhando para sua realidade. Esse conceito, que ganhou corpo sobretudo em São Paulo nos anos 1970, está aos poucos se firmando.

Um dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis, faz parte desse segmento literário?

Ele era pardo, com mãe portuguesa e pai neto de escravos, era racialmente dividido. Podia ser visto como negro ou não. Era considerado mulato. No século 19 havia essa nuance. No tempo de Machado de Assis não existia ainda o conceito de literatura negra. E ele não particularizou o fato de ser negro. Se o fizesse, não seria o Machado de Assis que conhecemos, um mestre da língua que fez uma literatura autenticamente brasileira. Seria, no seu tempo, um escritor “estreitado” pela palavra negro.

Como anda a situação dos autores negros na cidade de São Paulo?

Está numa boa fase. Foi daqui que se irradiou para todo o País esse movimento chamado literatura negra. A imprensa negra tem ajudado muito e um coletivo de autores chamado Quilombhoje, do qual fui um dos fundadores, tem textos muito bons.



“O escritor é um homem que suga a vida e a transforma em belos textos”

“Literatura negra é a literatura que o negro escreve olhando para si mesmo, para sua realidade”

Os blogs têm fortalecido essa tendência cultural?

Sim. Na periferia há grupos que tratam, sobretudo, de problemas sociais, e no meio desses problemas sociais aparece a questão do negro. Então, nós podemos considerar essa literatura que eles escrevem também como literatura negra, porque são negros falando da sua realidade, do seu viver, dos seus sonhos, da sua esperança, do seu sofrimento.

E as letras de funk, rap e hip-hop podem ser consideradas literatura negra?

Elas são um retrato do País. São literatura, um documento importante que mostra o nível em que o Brasil está na questão negra, vista por pes-

soas jovens, que não leem, que não podem ter livros e são sofridas.

O senhor é conselheiro do Museu Afro Brasil, localizado no Parque Ibirapuera. A instituição ajuda os escritores?

Muito. É um tambor que repercute porque, apesar do seu escopo fundamental ser as artes plásticas, o museu tem uma biblioteca e promove palestras. O escritor vai e pode ver rostos de pessoas que ele nunca podia ver se não fosse ao museu. A instituição enriquece o conhecimento do escritor e dá uma vivência importante. O fato de haver um local que reuniu obras de arte e documentos, como os textos da poetisa Carolina Maria de Jesus, dá um viver para a vida literária. O escritor não pode se

manter apenas como o homem que faz literatura. Ele tem de ter conhecimentos enormes. São observadores da sociedade, andam no meio do povo, andam em botecos. Quantos autores andavam no meio de gente que era praticamente desvalida, menosprezada, e daí saíram seus textos? Se lambuzam com a vida. O escritor é um homem que suga a vida e a transforma em belos textos.

Como o poder público pode ajudar o autor negro?

Abrindo caminho para as suas manifestações. O poder público podia fazer um trabalho de levar essa literatura para as escolas. Os escritores negros poderiam ir para as escolas ensinar o que sabem e aprender com os alunos. 

Diagnóstico da saúde



PLENÁRIO
Apuração dos
vereadores se estendeu
por nove meses

Comissão de Inquérito apresenta relatório que aponta indícios de sonegação de imposto e outras irregularidades em planos de saúde

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), encerrada em 3 de fevereiro, apontou indicativos de irregularidades praticadas por operadoras de planos privados na cidade e, também, algumas soluções possíveis.

O relatório da comissão levantou, por exemplo, indícios de que as empresas tenham sonegado, entre 2011 e 2014, pelo menos R\$ 393 milhões em Imposto sobre Serviços (ISS) – mais da metade do valor que deveria ter sido recolhido no período. A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), ouvida na CPI, disse à **Apartes** que “não tem conhecimento desse assunto e não se envolve na gestão individual de cada operadora de plano de saúde”.

Uma denúncia recebida pelos vereadores revelou, também, que o sistema de saúde suplementar paulistano monitora veladamente o volume de trabalho de seus médicos, para que atendam mais pacientes em menos

Principais propostas da CPI

Para o Ministério Público

- Investigar a denúncia de que as operadoras controlam a produção dos médicos e de que sonogam ISS
- Fazer Termo de Ajustamento de Conduta com as operadoras para coibir reajustes abusivos e obstáculos a atendimentos de beneficiários

Para a Câmara Municipal

- Elaborar protocolo para evitar negativas indevidas pelos planos
- Propor projeto de lei para obrigar as operadoras a apresentarem certidão negativa de tributos municipais do exercício anterior

Para a Prefeitura

- Criar órgão para acompanhamento da saúde suplementar
- Melhorar a fiscalização em maternidades e hospitais para coibir a indução de cesarianas



DEPOIMENTOS
Médicos Florisval Meinão (à esquerda) e Eder Gatti Fernandes foram ouvidos pela CPI

tempo. “Por exemplo, em um ambiente de urgência e emergência, alguns planos acabam controlando [...] cada profissional e, às vezes, até exigindo maior produtividade, sendo que isso, eticamente, não pode”, disse, em depoimento à CPI, o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti Fernandes.

O relatório da Comissão propõe, entre outras medidas (veja box ao lado), que a possível sonogação do ISS e de controle à produção dos médicos sejam investigados pelo Ministério Público. Os dados sobre evasão fiscal levantados pela CPI devem ser encaminhados à Secretaria Municipal de Finanças e à Controladoria Geral do Município, para que busquem recuperar o dinheiro sonogado.

O depoimento de Fernandes, um dos mais expressivos, apontou que as operadoras de planos de saúde induzem, com frequência, seus médicos a não recomendarem certos procedimentos, com o único objetivo de conter custos. “São reajustes abusivos, entraves para idosos e pessoas com doenças mais graves ou pré-existentes, exames que não têm cobertura, filas em prontos-socorros, rescisões unilaterais de contratos; é uma relação tirânica com o cliente”, aponta a vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), presidente da CPI. “E muitas vezes estamos falando do limite entre a vida e a morte”, completa.

Florisval Meinão, presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), lembrou aos vereadores que estudos de sua entidade, em parceria com o Instituto

Datafolha, mostraram dificuldades dos conveniados em realizar cirurgias, consultas com especialistas e exames, principalmente os de maior complexidade.

Em audiência da CPI, representantes da Fundação Procon e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) confirmaram que as principais reclamações relativas ao segmento de saúde são sobre negativa de cobertura. “É inaceitável que uma pessoa pague para ter um atendimento e seja obrigada a recorrer aos serviços públicos”, disse Meinão em uma das sessões da Comissão de Inquérito. Segundo a APM, 20% dos usuários de plano já recorreram ao Sistema Único de Saúde (SUS) e os gastos dos conveniados nem sempre são corretamente ressarcidos aos cofres públicos, como manda a lei.

A Abrange respondeu à **Apertes** que orienta suas associadas a cumprir integralmente as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e que a negativa de cobertura de qualquer atendimento do rol de procedimentos da Agência sujeita o plano de saúde a “multas extremamente elevadas”. Na opinião de Meinão, por trás das restrições de atendimento dos planos estão os contratos abusivos entre as operadoras, de grande porte econômico, e médicos, que se submetem a algumas exigências por necessidade de emprego.

Para impedir que as empresas sigam aplicando restrições inadequadas, a CPI sugere que a CMSP elabore um manual de conduta para essas corporações. O relatório traz outras 24 propostas à Câmara Municipal, ao Executivo

paulistano, ao Ministério Público e à Câmara dos Deputados. O documento, feito pelo vereador Senival Moura (PT), com adendos da presidente Patrícia Bezerra e de Gilberto Natalini (PV), vice-presidente, foi aprovado por unanimidade na Comissão. As atividades da CPI duraram nove meses e os demais membros foram Adilson Amadeu (PTB), Calvo (PDT), Laércio Benko (PHS), Noemi Nonato (PR), Ushitaro Kamia (PDT) e Vavá (PT).

Além de receber membros do Simesp, APM, Procon, Idec e Abrange, a Comissão ouviu representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo, Executivo municipal, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), *Jornal El País*, Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas, Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP), Unimed Paulistana, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Procuradoria Regional da República e Federação Nacional de Saúde Suplementar.

Hoje, 638 gestoras de planos de saúde atuam na capital paulista, das 872 ativas no País. A cidade de São Paulo tem 13% dos usuários de planos privados do País e 35,4% dos beneficiários do Estado, o equivalente a mais de 6,5 milhões de pessoas, segundo dados apurados pela CPI até 2014. 

SAIBA MAIS

Relatório da CPI dos Planos de Saúde

www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/cpis/comissoes-encerradas
clique em "CPI-2015-PLANOS DE SAÚDE"

O voo do João de Barros



COMANDANTE
João Ribeiro de Barros
comandou o avião Jahú
de Gênova a São Paulo

Vereador por poucos dias, o aviador foi pioneiro na travessia aérea do Oceano Atlântico

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Colaborou **Leandro Uliam**

Comandante João Ribeiro de Barros é um nome geralmente relacionado à rodovia que liga Jaú a Bauru, no interior do Estado de São Paulo. Pouquíssimo mencionado nos livros de história, o aviador foi, no entanto, um dos pioneiros da aviação no Brasil, com uma trajetória pela política que a própria família pouco conhece. Rico e jovem, aos 27 anos o paulista de Jaú (SP) tornou-se celebridade, na década de 1920, como o primeiro piloto das Américas a comandar uma travessia aérea do Oceano Atlântico sem escalas nem ajuda de navios.

Sem apoio financeiro do governo brasileiro ou de empresas, o comandante vendeu sua parte na herança paterna para comprar a aeronave com que faria a viagem: um hidroavião italiano Savoia-Marchetti modelo S-55, de madeira, com mais de quatro toneladas, em precário estado de conservação e já usado em uma frustrada tentativa de travessia oceânica.

Logo no teste pilotado por Barros, a máquina quase afundou ao pousar em um lago de Sesto Calende, na Itália, já que a parte inferior estava podre. Em 16 de outubro de 1926, depois de uma modificação geral idealizada pelo jauense, o hidroavião, batizado de Jahú, começava oficialmente a travessia a partir de Gênova, na Itália. Além do piloto, faziam parte da equipe o copiloto Arthur



TRADIÇÃO • João Ribeiro de Barros (1) com os pais, Margarida (3) e Sebastião (4), e os irmãos, Thereza (2), Osório (5), José (6), Celina (7), Ismael (8) e Marta (9)

Cunha, o navegador Newton Braga e o mecânico Vasco Cinquini.

Um dia antes da partida, o jornal *O Estado de S. Paulo* registrava a euforia dos brasileiros: referindo-se ao comandante como “arrojado”, publicou os “ardentes votos” da Câmara Italiana de Comércio ao “valoroso aviador” e desejou que o “heroico empreendimento” obtivesse êxito. Mal sabiam que, poucas horas após deixar Gênova, início da jornada (veja o mapa na pág. 23), o piloto e sua equipe enfrentariam o primeiro de vários testes de nervos.

Na altura do Golfo de Valência, na Espanha, os motores começaram a falhar devido a um problema na alimentação automática de gasolina, o que obrigou a tripulação ao extenuante uso das bombas manuais. Os danos no motor e em um dos botes forçaram o grupo a des-

cer em Alicante, no Mediterrâneo espanhol. Sem aviso prévio sobre o pouso, as autoridades locais prenderam todos os tripulantes, que só ganharam a liberdade com a ajuda da Embaixada do Brasil em Madri.

Na escala seguinte (em Gibraltar, também no Mediterrâneo), o Consulado brasileiro local emitiu um laudo técnico confirmando as suspeitas da tripulação de que houve sabotagem ao Jahú. Foram colocados sabão caseiro, terra e água no reservatório de combustível do avião e, por isso, o aparelho teve de ser submetido a um novo conserto. O reparo foi feito em Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, antes de seguir para a ilha africana de Santiago, na atual República de Cabo Verde. Na África, Barros contraiu malária, teve de trocar o copiloto (no lugar de Arthur

Cunha, entrou João Negrão) e ainda comandar uma reforma completa no motor do hidroavião.

“A equipe foi obrigada a reparar inclusive o bote salva-vidas porque, quando o avião pousou, avariou o casco”, conta o sobrinho Rubens Ribeiro de Barros, de 81 anos. Filho de Osório Ribeiro de Barros, ele conviveu por 13 anos com o tio aviador e dele ouviu muitas histórias. “Comprar equipamento na Europa era algo demorado e essas peças eram da Itália. O processo de compra e conserto demorou meses”, explica Rubens.

TRIUNFO

Na África, Barros recebeu da mãe um telegrama de incentivo, que dizia: “Aviador Barros. Aplaudimos sua atitude. [...] Paralisação do reide [façanha aérea] será fracasso. Asas avião representam bandeira brasileira”. Em resposta, o filho escreveu: “A viagem de qualquer maneira será feita”.

Em 28 de abril de 1927, com o avião refeito, o comandante finalmente venceria em 12 horas os 2,4

CÂMARA • João Ribeiro na década de 30, época em que foi vereador

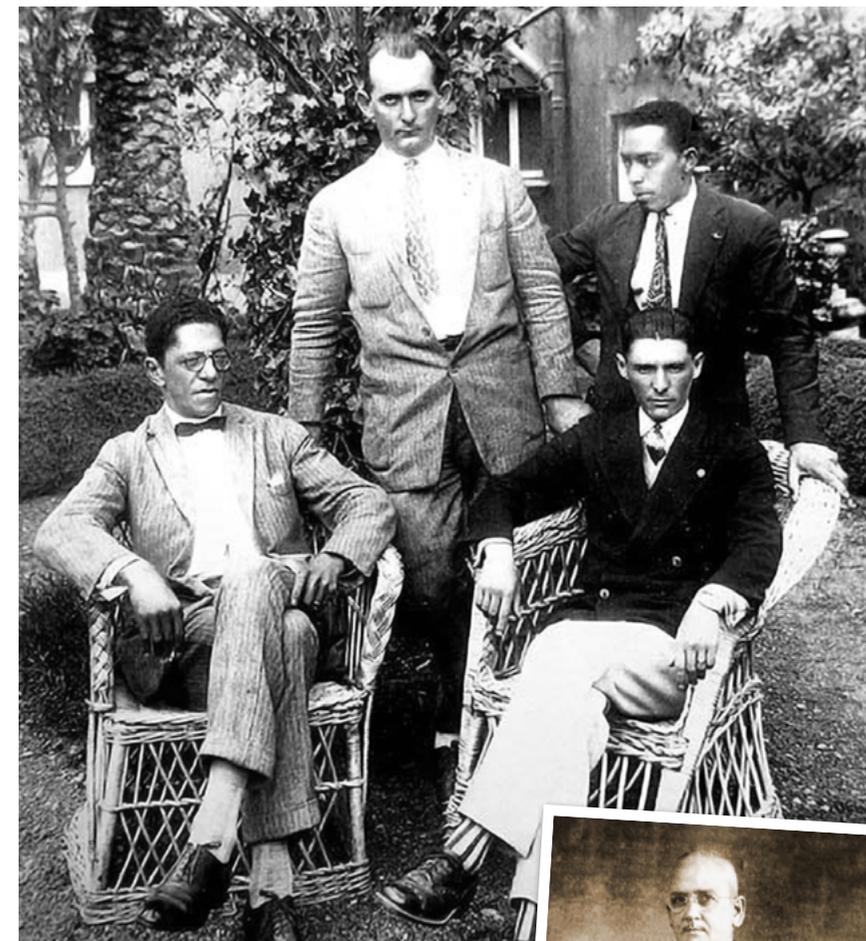


mil quilômetros que ligam Cabo Verde à ilha de Fernando de Noronha, primeira parada no Brasil. Ao chegar, uma das hélices estava partida. De maio a agosto, o Jahú ainda fez escalas em Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos, antes do pouso final em Santo Amaro (onde hoje fica a Represa Guarapiranga, na cidade de São Paulo), em 1º de agosto.

A recepção aos heróis foi descrita por José Ribeiro de Barros, irmão do aviador, no livro *História heroica da aviação*. Segundo ele, a população estava “convulsionada de espírito cívico” pelo “instante que passaria à história do século”. No livro *João Ribeiro de Barros*, o historiador José Raphael Toscano narra detalhes: “o povo brasileiro soube premiar seu herói, oferecendo-lhe mais de cem medalhas de ouro e platina, adornadas de pedras preciosas, dezenas de cartões de ouro e troféus, tudo em comemoração ao patriótico empreendimento que se tornou justo motivo de expansão do orgulho nacional”.

Na capa do *Estado de S. Paulo* de 7 de agosto de 1927, o registro de um dia de celebridades vivido pelos tripulantes na véspera: foram recebidos na Força Pública e homenageados com apresentações de esquadilha aérea e das equipes de equitação e ginástica, “sempre ovacionados pela grande multidão que estacionava na avenida [Tiradentes]”. Mais tarde, compareceram a uma sessão solene na Câmara Italiana de Comércio, onde o cônsul da Itália e o presidente da entidade os esperavam.

Ao sobrinho Rubens, Barros contava os detalhes e dificuldades da viagem intercontinental. Um deles é que a travessia havia sido feita apenas com ajuda de bússola, para determinar direções horizontais; altímetro, para medir a altitude; e



TRIPULAÇÃO • Da esquerda para a direita, Newton Braga, Vasco Cinquini, Barros (sentado) e Arthur Cunha (substituído por João Negrão, no destaque)



bomba de fumaça, para calcular a velocidade: “eles a lançavam e marcavam em quanto tempo atingia a água”, explica o sobrinho.

POUSO BREVE

No dia 3 de janeiro de 1927, quando a travessia oceânica era apenas um plano, o aviador já era tema de lei aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que o imortalizou como nome de uma via (ainda hoje denominada Ribeiro de Barros, na zona oeste da capital). “Esse moço que, no ‘raid’ admirável que vem fa-

zendo, tem patenteado, aos olhos do mundo, o quanto podem a bravura, o civismo, a abnegação e, sobretudo, a persistência de nossa gente”, disse em Plenário o vereador Diógenes de Lima, proponente do projeto de lei sobre a denominação da via. Segundo o parlamentar, a proposta era legitimada por um abaixo-assinado de proprietários e moradores da rua que receberia o nome do piloto.

Nove anos mais tarde, o comandante foi o único eleito pela Ação Integralista Brasileira (AIB) para a CMSP, com 1.426 votos. “Os chefes integralistas recomendaram aos seus eleitores que descarreguem seus sufrágios no candidato João Ribeiro de Barros”, escreveu a *Folha da Manhã* de 5 de julho de 1936.

Como candidato, o slogan de campanha do piloto foi “Contra o aumento dos impostos”, usado também pelos demais concorrentes integralistas naquele ano. Assumiu no dia 9 de julho, vestido com o uniforme verde do partido, e, antes de fazer o juramento devido, de respeito às leis e às Constituições Federal e Estadual, bradou “em nome de Deus, anauê!”. A saudação, de origem tupi, foi

adotada primeiro pelos escoteiros e depois pelos integralistas.

Sem documentar os motivos, Barros renunciou em 25 de julho de 1936. Se continuasse na Câmara, seu mandato terminaria em 19 de novembro do ano seguinte, com o fechamento do Legislativo pelo Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas.

A Ação Integralista Brasileira era composta, principalmente, por estreates na política, como o aviador, e por membros da classe média, “intencionada a romper com os grupos chefiados por coronéis, latifundiários, cafeicultores ou que agiam a mando dessas pessoas”, como explica o historiador Renato Alencar Dotta, que pesquisa o integralismo brasileiro como doutorando na Universidade de São Paulo (USP).

O movimento cultural e político era de extrema direita e fazia oposição autoritária, inspirada no nazismo e no fascismo. Segundo Dotta, a história pode explicar o que teria atraído Barros e outros aviadores à organização: “alguns heróis da modernidade tinham inclinação política pelo que havia mais à direita, como o fascismo, dada a sua veneração pelos super-homens”. Na época, completa o historiador, “o grande lance eram as acrobacias e os voos solo, que eram muito comentados e transformavam os pilotos em heróis”.

A AIB, que virou partido em 1935, foi fundada em 1932 pelo jornalista e escritor Plínio Salgado, dois anos depois de uma viagem à Itália, onde se impressionou com o fascismo. O líder defendia o Estado

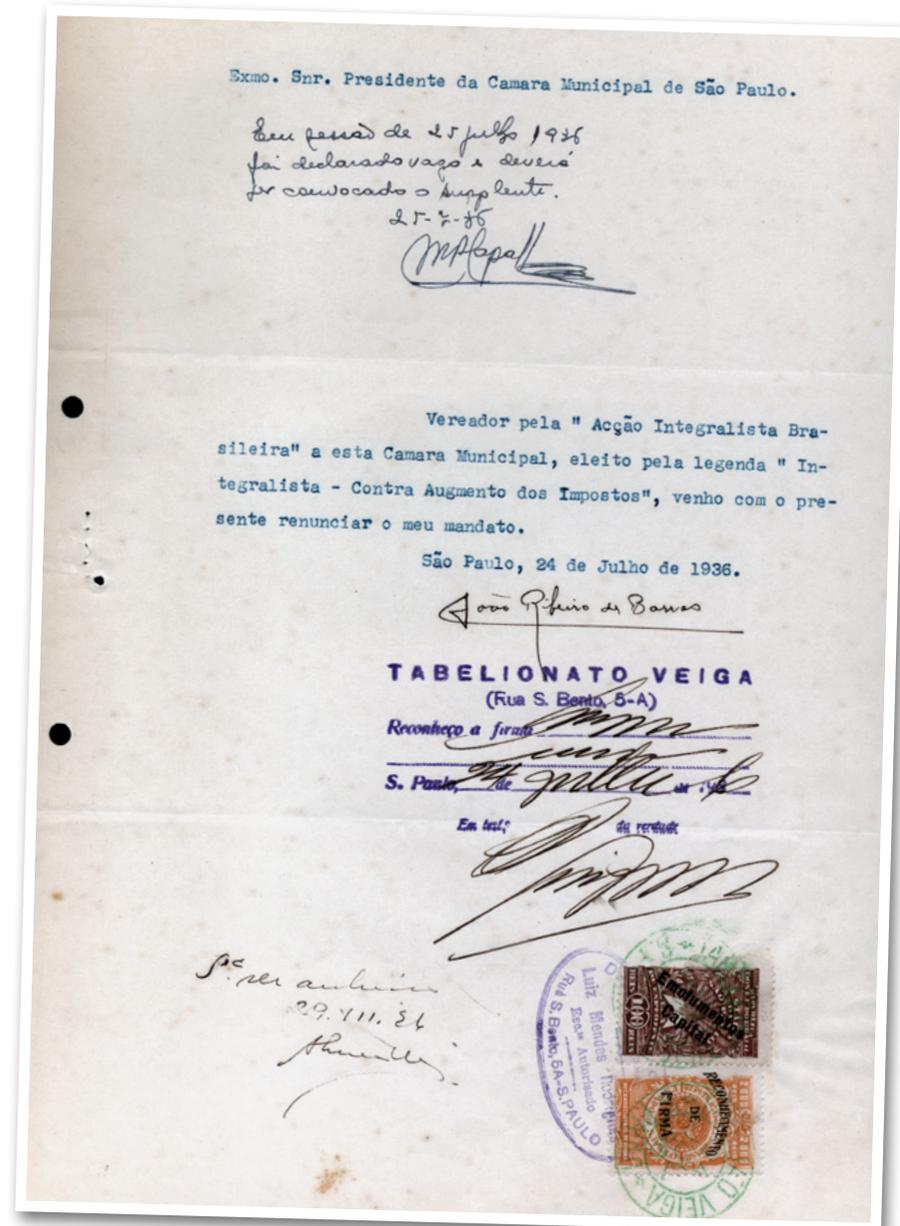
com plenos poderes e combatia a lógica materialista do capitalismo e do comunismo. Esses temas apareceram com frequência no Plenário da Câmara, durante a legislatura da qual Barros participou. A manifestação desse ponto de vista vinha do suplente que assumiu sua vaga, José Ferreira Alves Cyrillo.

Assim, mesmo ausente dos debates, João Ribeiro de Barros abriu caminho para a presença do integralismo na Câmara. Isso deu regularidade à polarização entre os temas integralistas e os da liberal-democracia, que à época se repetia em todos os meios políticos do Brasil, segundo o consultor de história da CMSP, Ubirajara Prestes Filho, e a historiadora Marília Gabriela Buonavita, em artigo para o livro *Paulistânia eleitoral*. De acordo com eles, um ponto em comum nos dois polos de discussão era o anticomunismo.

Na sessão de 22 de agosto de 1936, por exemplo, o suplente Cyrillo acusou a liberal-democracia de transformar o Brasil em “uma colônia de banqueiros, esquecendo, muitas vezes, os interesses do povo, e só percebendo agora, com esse movimento comunista, que o Brasil está na agonia”. Com 405 votos, Cyrillo cumpriu o mandato até o fechamento do Legislativo pelo Estado Novo. Depois, foi eleito para a primeira legislatura da CMSP após a abertura democrática, de 1948 a 1951, pelo Partido Social Democrático, que reunia empresários e membros da classe média.

ATAQUES

A ata da posse na CMSP, em 1936, revela que João Ribeiro de Barros se candidatou a todos os cargos da Mesa Diretora da Casa. Para a Presidência, recebeu apenas 1 voto, enquanto o candidato mais votado teve 11. O



RENÚNCIA • Documento que oficializou o desligamento da CMSP





CHEGADA • Tripulação desembarca na Represa Guarapiranga, onde a travessia oceânica terminou em 1927

homenagem à memória da progenitora do herói”, dizia a reportagem.

Às vésperas de voar, no entanto, o avião Margarida foi confiscado a mando de Getúlio Vargas, que havia acabado de instalar provisoriamente a Presidência da República. Decepcionado, João comprou um bilhete para viajar o mundo pelo mar e retornou em 1932, para apoiar a Revolução Constitucionalista. Doou para a causa todas as honrarias em ouro que recebera pela travessia do Atlântico.

Os ataques de Vargas ao comandante não pararam. Durante o Estado Novo, vivendo na fazenda da família, em Jaú, foi abordado pela polícia sob acusação de publicar um jornal clandestino contra o governo federal. Foi levado à prisão em São Paulo, conta José Raphael Toscano em *João Ribeiro de Barros*, e solto após vasculharem sua casa na capital paulista sem encontrar nada.

A adesão ao integralismo pesou na conta do avião. As relações entre sua legenda e o Estado Novo pioraram muito com a Intentona Integralista, que em 1938 arquitetou sem sucesso a invasão da residência presidencial, para depor Vargas. Todos os ataques, que se estenderam a outras cidades, fracassaram. Uma das causas do levante foi o fechamento, pelo governo brasileiro, de todos os partidos em 1937, ano anterior àquele em que ocorreriam as eleições presidenciais nas quais Plínio Salgado sairia candidato.

A conspiração deixou marcas também no irmão José Ribeiro de Barros, que participou do movimento e, por isso, teve de dar explicações ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo. De janeiro a abril de 1938, José foi gerente do jornal integralista *Ação*, publicado entre ou-

tubro de 1936 e abril de 1938. Representante da ideologia da AIB e dirigido por Miguel Reale, o diário paulista “tinha como seus adversários o judaísmo, o liberalismo, o capitalismo internacional, o socialismo e a maçonaria”, explicam Maria Luiza Carneiro e Boris Kossoy no livro *A imprensa confiscada pelo Deops*.

Sob a gerência de José, em 22 de março de 1938 o jornal publica o artigo *O judaísmo ao lado da Espanha comunista*, exemplo da associação, sempre usada pelo jornal, do termo “judeu” aos conceitos de capitalismo ou socialismo, de forma depreciativa. O *Ação* pertencia à rede Sigma Jornais Reunidos, cujos impressos “caracterizavam a ascensão das ideias autoritárias de direita no Brasil identificadas com o discurso nazifascista em voga na Itália e na Alemanha”, segundo Carneiro e Kossoy.

REVERÊNCIA • Missa na Catedral da Sé (em construção) pela chegada do Jahú, em agosto de 1927. No alto da igreja foi colocada uma réplica do hidroavião



A aventura do Jahú

18/10/1926
Decola de Gênova

Horas depois
Sabotagem obriga a pouso em Alicante, onde a tripulação é presa

19/10/1926
Parte de Alicante para Gibraltar

25/10/1926
Sai de Gibraltar e faz pouso forçado em Las Palmas de Gran Canaria

8/11/1926
Voa para Santiago, onde Barros contrai malária e comanda um longo concerto no Jahú

28/4/1927, às 4h30
Deixa Santiago rumo ao Brasil, sem escalas

28/4/1927, às 17h
Chega a Fernando de Noronha

1º/8/1927
Chega a São Paulo, após escalas em Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos

Outro veículo da Sigma, o jornal *A Offensiva* publicou, em agosto de 1935, a primeira fotografia de João Ribeiro de Barros como integralista, mostrando o avião em meio a autoridades do movimento após prestar juramento à AIB.

DESTINO FINAL

Segundo Genésio Pereira Filho, 95 anos, sobrinho e ex-assistente de Plínio Salgado, seu tio e o piloto de Jaú tinham uma relação próxima, de reuniões frequentes e de amizade. “Conheci João Ribeiro de Barros pessoalmente porque ele foi integralista, muito amigo do meu tio Plínio e, além disso, um belo papo, muita cultura”, lembra.

Histórias como essa são desconhecidas para familiares, estudiosos do integralismo e da cidade de Jaú procurados pela *Apartes*. Vários sequer tinham ouvido falar sobre a passagem do avião pela Câmara Municipal de São Paulo ou pela AIB. Para piorar, em 1936 nenhuma edição do diário *Comércio do Jahu* noticiou a campanha ou a eleição do avião. “O que me contaram é que ele não era integralista. Talvez tenha havido preconceito da família”, afirma o sobrinho Rubens Ribeiro de Barros.

A família de João, tradicional no ramo agropecuário, era formada pelo pai, Sebastião Ribeiro de Barros, pela mãe, Margarida de Oliveira Barros, e pelos filhos Osório,

HOMENAGEM • Monumento com os restos mortais de Barros, em praça de Jaú



Paulo César Granger/Presidência de Jaú



MEMÓRIA • O Jahu no Museu TAM, atualmente fechado ao público

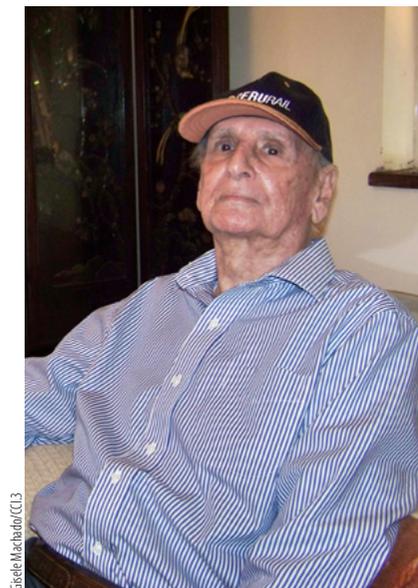
Thereza, João, José, Ismael, Marta e Celina. Católica, Margarida foi também pioneira ao abrir uma creche em Jaú para receber os filhos dos negros, enquanto estes trabalhavam.

Nascido nesse ambiente rural, João Ribeiro de Barros mudou-se para a capital paulista, onde estudou direito. Ingressou na faculdade do Largo de São Francisco (hoje pertencente à USP) em 1918. No ano seguinte, abandonou o curso para aprender navegação aérea e mecânica de aviões nos Estados Unidos. Voltou ao Brasil em 1921 e dois anos depois, aos 23, graduou-se como piloto na Liga Internacional dos Aviadores francesa. Nos três anos seguintes, antes de iniciar a travessia atlântica, comandou várias viagens aéreas pelo País e costumava se apresentar em espetáculos de acrobacia aérea.

Recluso em Jaú no fim da vida, o avião passava bastante tempo ao lado da família, narrando às crianças as histórias sobre suas aventuras. “Ele se reunia comigo e meus amiguinhos na escada, pagava sorvete ou pastel e ficávamos ouvindo extasiados enquanto ele falava sobre a travessia”, lembra o sobrinho Rubens.

Em 1947, com 47 anos, o comandante morreu na mesma fazenda em que nasceu. Não se casou e nem teve filhos. “Ele tinha amigos, era simples, próximo da família e se dava com todos”, conta Rubens. “Após a prisão, ele ficou muito triste, se isolou no campo”, recorda. Segundo os médicos disseram à família, as possíveis causas da morte foram um rompimento no baço ou as consequências da malária.

INCÔMODO
Segundo o sobrinho Rubens, família dizia que o avião não era integralista



Giselle Marinho/CC13

“João não teve tempo nem de fazer a revisão sobre sua participação no integralismo”, diz o historiador Renato Dotta. Para ele, as ações nazistas e fascistas da Segunda Guerra Mundial levaram muitos integralistas a fazerem suas renúncias públicas ao movimento. “Ser integralista após a Segunda Guerra ficou incômodo para muita gente”, explica Dotta.

Uma música feita para homenagear Barros e sua equipe, quando voltaram da travessia, previa que o Brasil os recolheria “ao seio da história”. Mas a realidade é que, exceto homenagens isoladas, como um mausoléu construído em frente à igreja matriz de Jaú, o comandante e seu feito não têm o devido reconhecimento dos brasileiros. Em fevereiro, o Museu TAM Asas de um Sonho, em São Carlos (SP), que abriga o Jahu, suspendeu as atividades e a aeronave ficará inacessível ao público por tempo indeterminado. Segundo o professor da USP Fernando Catalano, doutor em engenharia aeronáutica, os motores do avião são os dois últimos remanescentes no mundo.

Uma das poucas iniciativas de perpetuar a conquista brasileira na memória popular é a lei estadual 9.933/1998, que transformou o 28 de abril no dia de “comemoração e divulgação da travessia do Oceano Atlântico sem escalas”.

SAIBA MAIS

Livro
História heroica da aviação: reide Gênova-Santo Amaro. José Ribeiro de Barros. Museu de Aeronáutica. Disponível para consulta na Biblioteca da CMSP



PIONEIRO
Cesar Mendes criou a FiloCzar, uma das poucas livrarias da periferia de São Paulo

Para ler o mundo

Plano de Leitura se junta a iniciativas que buscam levar o universo da leitura, do livro e da biblioteca a um número maior de paulistanos

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Para uma personagem como Thyaneddy Alves, 23 anos, negra, mulher e moradora da periferia, tornar-se escritora parecia um enredo improvável no cenário do Brasil, onde 94% dos autores são homens e 73% são brancos (conforme pesquisa da professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília, divulgada em 2012). Mas Thyaneddy deu um jeito de escrever a própria trama. Não só se inventou poeta e organizou um evento literário, o Sarau da Ponte para Cá, em Campo Limpo, zona sul, como publicou no final do ano passado seu primeiro livro, a coletânea de poemas *Em reticências*, por um selo que criou com os amigos e batizou de Academia Periférica de Letras. “Venci as estatísticas”, comemora na contracapa.

Sem interesse pelos autores que conheceu na escola (“Drummond não me representa”, diz), Thyaneddy bebe nas palavras das poetisas das quebradas: nomes como Débora Garcia, Jenyffer Nascimento ou Elizandra Souza. “Se uma delas escreve sobre o sangue que jorrou de uma situação, desde um parto, a menstruação ou uma agressão, dá para sentir o cheiro no livro”, comenta Thyaneddy numa noite de fevereiro, enquanto autografa um exemplar do seu livro em uma funilaria do Socorro, na periferia sul de São Paulo.

Funilaria? Isso mesmo. Uma funilaria que também é biblioteca comunitária, com 600 livros colocados à disposição de quem quiser no bairro, e que uma vez por mês também vira palco para o Clamarte, um sarau de música e poesia. O dono da oficina, Gilmar



AUTOR • Donato criou o projeto de lei que deu origem ao Plano Municipal

da por bares e igrejas evangélicas, as estantes apinhadas com 3 mil livros chamam a atenção de quem passa pela rua. “Tem gente que entra aqui e conta que nunca tinha visto uma livraria na vida”, diz César. No bairro, os livros ainda são objetos raros, e a leitura uma atividade exótica. “A biblioteca pública mais próxima fica a 40 minutos de ônibus”, conta. Sem livros à mão, ele encontrou as primeiras leituras nos jornais amassados que a família usava para embulhar compras. Não parou mais – apesar dos conselhos das pessoas à sua volta, que diziam: “não leia tanto, senão vai ficar doido”.

“O livro não é uma experiência de massa. Ainda somos basicamente uma sociedade oral”, avalia César. Há quatro anos, ele abandonou o emprego de professor de filosofia na rede pública e decidiu fazer sua parte para mudar o que puder dessa realidade, criando a FiloCzar. A livraria, explica, serve para financiar uma escola livre, que inclui cursos, seminários, cafés filosóficos, cineclube, uma biblioteca comunitária e a editora, que já publicou 13 livros. A única funcionária do empreendimento é sua irmã. Contratada com carteira assinada, ele ressalta. “Uma coisa que [o filósofo alemão] Karl Marx

ensina é que não devemos explorar”, afirma, destacando um dos aprendizados que ganhou com a leitura.

DIREITO ESSENCIAL

Tanto Casulo (o poeta-funileiro-artista-plástico do Socorro) como César (o livreiro-filósofo-editor do Parque Santo Antônio) participaram dos debates realizados pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), no ano passado, que desembocaram na criação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, nascido de um projeto de lei do vereador Antonio Donato

(PT), presidente da CMSP. Para César, é um plano que deveria ter sido criado há muito tempo. “O mérito dessa lei é colocar em xeque um modelo de sociedade em que o livro não é contemplado”, afirma.

Os números dão razão a ele. Pesquisa da Escola do Parlamento da CMSP realizada neste ano aponta que 52,4% dos paulistanos nunca leram ou pouco leem livros. E tem mais. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), elaborado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostra que 27% das pessoas entre 15 e 64 anos são analfabetas funcionais, incapazes de interpretar textos simples ou entender um gráfico.

E o ambiente escolar ainda está longe de conseguir transformar seus alunos em leitores. Prova disso são os 53 mil estudantes que, em 2015, tiraram nota zero na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São milhares de jovens que passaram boa parte da vida entre os muros da escola e mesmo assim não aprenderam algo tão básico como pegar uma caneta e discorrer sobre um tema numa folha de papel. Simplesmente porque a leitura não faz parte do seu mundo.

Foi com o objetivo de promover esse hábito e combater os altos índices de analfabetismo funcional que o governo federal criou, em 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura. “O direito à leitura é imprescindível, pois é a chave para o acesso a todos os outros direitos”, afirma José Castilho Marques Neto, secretário-executivo do Plano Nacional. Os estudantes reprovados na redação do Enem são um bom exemplo, segundo ele. “São jovens que não conseguiram acesso ao ensino superior por defici-

Projetos e leis que tratam da leitura

Leis

16.333/2015 | Antonio Donato (PT)
Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB)

14.999/2009 | Eliseu Gabriel (PSB)
Institui a Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura

14.477/2007 | Noemi Nonato (PR)
Cria a Semana da Leitura

Projetos de lei (*)

547/2014 | Alfredinho (PT)
Cria o programa Leitura nos Ônibus, com espaço para livros dentro dos veículos

266/2014 | David Soares (Democratas)
Cria a Parada Cultural, com bibliotecas nos pontos de ônibus

179/2014 | Claudinho de Souza (PSDB), Edir Sales (PSD), Eliseu Gabriel (PSB), Jean Madeira (PRB), Ota (PSB), Reis (PT), Toninho Vespoli (PSOL)
Amplia as atribuições da Biblioteca Mário de Andrade

517/2013 | Paulo Fiorilo (PT)
Institui o Programa Vale-Leitura aos profissionais de educação do Município de São Paulo

(*) Da atual Legislatura

INICIATIVA • Casulo comanda um sarau literário em sua funilaria, na zona sul de SP



Ribeiro Santos, 41 anos, o Casulo, desembestou a escrever aos 15 anos, após descobrir Machado de Assis na escola. Mas só se convenceu de que poderia virar um escritor quando conheceu o Sarau da Cooperifa, organizado pelo poeta Sérgio Vaz, um dos primeiros representantes do movimento de saraus que tomou conta da periferia paulistana a partir da virada do milênio.

Casulo escolheu fazer uma poesia com “um cunho social e político muito forte”, porque acha “muito egoísmo um autor falar só do próprio umbigo”. “O escritor tem que descer do pedestal”, diz. Seu primeiro livro, *Dos olhos pra fora mora a liberdade*, saiu publicado pela FiloCzar, uma editora-biblioteca-livraria que funciona na casa do seu proprietário, César Mendes da Costa, 36 anos, no Parque Santo Antônio, também na zona sul.

A FiloCzar é uma raridade: uma livraria localizada na periferia paulistana. Em meio à paisagem domina-



MUDANÇA • Para o educador Ruivo Lopes, leitura é ferramenta pra transformar realidades

(os sarasus também são um bom exemplo de mediação de leitura). O terceiro eixo leva o nome de “valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico” e significa transformar o incentivo à leitura em política de Estado e criar ações para conscientizar a população sobre a importância do ato de ler. O quarto eixo é o desenvolvimento da economia do livro, por meio de ferramentas que incentivem a produção, a distribuição e a circulação de títulos.

Hoje, dez anos após a aprovação, o Plano Nacional conseguiu provocar mudanças importantes, segundo o secretário-executivo. “Em 2005, o Brasil tinha mais de 1.700 cidades sem biblioteca. No final de 2010, já eram mais ou menos 30”, compara. O número de municípios sem biblioteca só não vai a zero, segundo ele, porque é um dos

primeiros serviços que as pequenas prefeituras costumam cortar assim que ficam sem dinheiro.

Por isso, Marques Neto acredita que o Plano Nacional do Livro e Leitura só vai se realizar para valer quando todas as cidades do Brasil tiverem o seu próprio. “Com a aprovação dos planos municipais, os programas de leitura deixam de depender da vontade dos prefeitos e se tornam uma política de Estado”, diz. Nesse sentido, ele afirma que o PMLLLB paulistano seguiu o caminho correto: “o de São Paulo é um texto feito rigorosamente a muitas mãos”.

A VÁRIAS MÃOS

De fato, as primeiras articulações que levaram à criação do plano paulistano vieram de baixo para cima. Começaram em 2012, a partir de encontros que reuniam pessoas interessadas em pensar políticas públicas para a

leitura e o livro na cidade. Entre eles, estavam a ONG Literasampa, o centro de pesquisa Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul – Países Árabes (BibliASPA), os integrantes do Sistema S (Senai, Sesc e Sesi) e o Fórum Mudar São Paulo, que naquele ano lançou um manifesto chamado *Por uma política do livro e do incentivo à leitura para o Município de São Paulo*.

A partir daí, o debate iniciado na sociedade avançou por Executivo e Legislativo adentro. Em 2014, o prefeito Fernando Haddad (PT) publicou uma portaria intersecretarial criando um Grupo de Trabalho (GT) encarregado de criar a versão paulistana do Plano Nacional do Livro e Leitura. Ao grupo, além das entidades da sociedade civil que já vinham conversando sobre as propostas, juntaram-se representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal. O plano paulistano manteve os quatro eixos do nacional e acrescentou um, a literatura.

O Grupo de Trabalho realizou dezenas de encontros públicos, além de plenárias temáticas e regionais. “Existe em São Paulo uma cena muito forte da sociedade civil na área de livro e leitura e isso foi determinante para a construção do Plano Municipal do Livro”, avalia o bibliotecário Ricardo Queiroz Pinheiro, assessor parlamentar do vereador Donato, que atuou no GT como representante do Legislativo.

Donato levou o texto redigido pelo grupo diretamente ao Plenário da CMSP, na forma de um substitutivo para o projeto de lei (PL) 168/2010, que já havia sido aprovado em primeira votação no ano de 2010, antes de Donato deixar a vereança para atuar como secretário de governo da Prefeitura, cargo em que permaneceu até 2013. “Com isso, conseguimos dar agilidade à



EVENTO • Eliseu Gabriel criou a Semana de Incentivo à Leitura

tramitação do Plano, que só precisou de mais uma votação para ser aprovado”, explica Pinheiro. Após passar em Plenário sem modificações, o Plano Municipal foi sancionado pelo Executivo em 18 de dezembro, tornando-se a Lei 16.333/2015.

A diversidade dos participantes das discussões, que incluía a presença de coletivos de leitura, pequenas editoras e movimentos periféricos, chamou a atenção. “Os debates no processo de elaboração do Plano Municipal mostraram que o livro no Brasil deixou de ser um objeto restrito à elite”, afirma o editor Haroldo Ceravolo, que na época presidia a Liga Brasileira de Editores (Libre) e foi um dos membros do GT que redigiu o Plano.

As novas vozes da literatura brasileira, contudo, ainda precisam brigar para conquistar seu espaço. “A produção literária das pequenas editoras, dos sarasus de periferia, das mulheres e dos negros não tem espaço nos jornais, não chega às livrarias e

ainda é pouco representada nas bibliotecas públicas”, aponta Haroldo. Numa (nova) palavra, o que falta é bibliodiversidade – que Haroldo define como “o conceito de que devemos ter o máximo possível de editoras representando o maior número possível de vozes da nossa sociedade”.

O termo aparece no texto aprovado do Plano Municipal, que propõe “o estímulo à bibliodiversidade em todas as suas formas”, inclusive na compra de obras para as bibliotecas públicas e escolares. Por essas e outras medidas da lei, Haroldo acredita que o impacto pode ser revolucionário. “Se o roteiro previsto no Plano Municipal for implementado, pode mudar o panorama do livro na cidade de São Paulo”, afirma o editor.

LETRA, GALHO E PASSARINHO

Numa conferência em que contou sobre suas primeiras leituras, Paulo

Freire, um dos maiores educadores do Brasil, demorou a falar de letras e palavras. Em vez disso, falou de passarinho, árvore, cachorro. Relembrou o quintal da casa onde engatinhou pela primeira vez, os galhos doces à sua altura onde conseguia subir, o canto do sanhaço e do bem-te-vi, o verde da manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada, o amarelo esverdeado da mesma manga amadurecendo. Tudo era leitura. É que, antes de conhecer as letras, o menino já lia a realidade ao seu redor. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”, afirma Freire, no livro *A importância do ato de ler*, que transcreve uma conferência de 1981. Segundo o educador, a leitura da palavra escrita só ganha sentido quando vem carregada das significações da

ESTREIA

 • Thyaneddy Alves no lançamento do seu primeiro livro, *Em reticências*


experiência de vida de quem a lê.

Daí que um dos obstáculos para a expansão da leitura é a distância que muitos brasileiros sentem em relação aos livros, vistos como objetos exóticos, que não fazem parte das suas vidas. Na CMSP, há dois PLs que buscam aproximar os livros do dia a dia da população aproveitando a estrutura do transporte público. Um deles é o 266/2014, de David Soares (Democratas), que propõe a criação de bibliotecas nos pontos de ônibus, num espaço batizado de Parada Cultural. Já o 547/2014, de Alfredinho (PT), cria o Programa Leitura nos Ônibus e prevê a instalação das bibliotecas

dentro dos próprios veículos.

Uma prática semelhante ao dos projetos já é feita pelo coletivo Perifaticidade, que instala pequenas bibliotecas em locais como bares, salões de cabeleireiros ou ocupações de sem-teto. “O objetivo é fazer com que os livros se tornem mais familiares, corriqueiros. Aumenta a chance de que sejam lidos”, explica Ruivo Lopes, membro do coletivo e educador da ONG Ação Educativa.

Ruivo, que atuou nos debates do Plano Municipal do Livro como representante dos saraus de periferia, define-se como um “leitor tardio”, por só ter descoberto os livros durante a adolescência. Em casa, na pe-

riferia da Baixada Santista, só havia uma Bíblia e um livro de receitas. Sua escola possuía biblioteca, mas não era um ambiente acolhedor. “Uma vez tentei entrar ali com um grupo de amigos, mas a bibliotecária não deixou, porque disse que a gente iria ‘mexer no acervo’”, lembra.

Superar a cultura das bibliotecas de portas fechadas, que se preocupam mais com os livros nas estantes do que com as pessoas que poderiam usá-los, é outro dos desafios para chegar a um país de leitores. “Lembra das salas trancadas com livros sem uso que os estudantes da rede estadual descobriram quando ocuparam as escolas, no final do ano passado? Isso ainda é muito comum em algumas bibliotecas. É o pensamento patrimonialista, de que a função mais importante de uma biblioteca é preservar os livros”, afirma Ricardo Queiroz, assessor do vereador Donato.

Os profissionais da área nunca foram muito de se misturar. “O bibliotecário sempre teve resistência a participar de fóruns de debates”, reconhece Waltemir Nalles, coordenador do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, formado por 54 bibliotecas, 14 pontos de leitura, 13 bosques de leitura e 12 ônibus-biblioteca, além das 46 unidades dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Prova disso é o fato de o movimento dos saraus de literatura periférica ter surgido em locais como bares, praças ou até funilarias. “Nossas portas não estavam abertas para essas pessoas”, reconhece Nalles. Mas ele também afirma que as coisas estão mudando. Hoje, muitos saraus já realizam edições dentro de bibliotecas.

Para prosseguir no processo de aproximação entre esses locais e a comunidade, o Plano Municipal da Leitura prevê a criação de “horários



APRENDIZADO
Alunos participam da
Semana de Incentivo à Leitura

Semana incentivativa leitura nas escolas

“O estudo e, especialmente, a leitura são necessidades permanentes. São ‘causas’ de todos: governo e povo”, afirma o professor e vereador Eliseu Gabriel (PSB) na justificativa do projeto que deu origem à lei 14.999/ 2009, que criou a Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura.

Organizado pelas secretarias municipais da Cultura, da Educação e da Assistência Social, em parceria com a Câmara Municipal, o evento ocorre na segunda semana de abril e está em sua quinta edição. A ideia é apresentar palestras, simpósios, shows, concursos, gincanas e outras vivências que estimulem a leitura. No ano passado, reuniu cerca de mil pessoas.

Escritores de destaque já passaram pela Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura, entre eles Heloisa Prieto, Rodrigo Lacerda, Victor Scatolin, Lúcia Hiratsuka e o multipremiado Milton Hatoum.

alternativos de funcionamento” – o único jeito de garantir o acesso à maioria dos trabalhadores, que não tem como frequentá-los em horário comercial.

Outra medida do Plano paulista para as bibliotecas busca ampliar a variedade dos títulos presentes nas estantes, que hoje ignoram os au-

tores independentes e as pequenas editoras. Segundo Nalles, a seleção de livros é quase toda baseada nas resenhas dos jornais e das revistas de grande circulação, que geralmente só têm olhos para as grandes editoras. Para ampliar o leque das escolhas, foi criada uma comissão, formada por representantes da sociedade civil e

das secretarias da Educação e Cultura, que vai definir uma política para o desenvolvimento das coleções de livros das bibliotecas públicas da cidade. A novidade é uma das consequências do Plano Municipal do Livro.

Para mostrar como a aproximação com as comunidades pode fazer bem para as próprias bibliotecas, Nalles conta o caso da Menotti del Picchia, no Limão, zona norte, que volta e meia era vítima de invasores que praticavam furtos e quebra-quebra no local. “Depois que a instituição se abriu para receber os saraus e outros eventos, acabou a depredação. Hoje podem deixar a porta aberta que não tem problema. A aproximação com a comunidade muda tudo”, aponta o coordenador.

E mudanças têm tudo a ver com a leitura. Lembra Ruivo Lopes: “A vivência do mundo nos ensina a ler a realidade apenas como ela é. A capacidade de imaginar outras realidades depende da cultura e das artes”. Ou, como escreveu o inglês Neil Gaiman (um dos escritores que despertou no autor desta reportagem a paixão pela escrita que o levou a se tornar jornalista), “a ficção pode levar você a um lugar onde nunca esteve e, uma vez que tenha visitado outros mundos, nunca mais ficará inteiramente satisfeito com o mundo onde cresceu”. Essa insatisfação, ensina Gaiman, é boa: “Pessoas insatisfeitas podem modificar e aprimorar os seus mundos”.

SAIBA MAIS

Livros

A importância do ato de ler. Paulo Freire. Cortez, 1989.

O direito à literatura. Artigo do livro *Vários Escritos*. Antonio Candido. Ouro Sobre Azul, 2004.

Metas do Plano Municipal de Leitura

- **Divulgar bibliotecas** em meios de comunicação e placas de rua
- Criar **horários alternativos** para bibliotecas
- **Integrar autores** da comunidade aos acervos das bibliotecas
- Criar comissão para **articular ações** da prefeitura e da sociedade sobre o tema
- Introduzir **livros no dia a dia** das pessoas, em terminais de ônibus, cestas básicas, feiras
- **Valorizar ações** de mediação de leitura
- **Estimular** editoras independentes e pequenas livrarias
- Adotar programas **para reduzir o preço** de livros

Fonte: Lei 16.333/2015



CELEBRAÇÃO
Participantes comemoram 4ª edição do prêmio, criado pela vereadora Juliana Cardoso (atrás da criança)

Uma noite de femenagens

Criado em 2012, Prêmio Heleieth Saffioti destaca mulheres e entidades que lutam contra a discriminação

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

A gente estava em 12 pessoas, porque eram só os estudantes que tinham dormido na ocupação. E chegaram dez viaturas da Polícia Militar. A gente entrou em desespero, tinha muita certeza que ia perder a ocupação. O diretor da escola destruiu nossas barricadas e conseguiu alcançar o pátio, onde eu estava. Olhei na cara dele e falei: “não tem arrego”. Ele veio na minha direção e deu um tapa na minha cara.

Fiquei sem reação. Estava me sentindo um nada, porque um cara que se diz educador estava agredindo a aluna dele que lutava por educação. Não tem sentido. A polícia reprimiu com muito spray de pimenta e fechou a porta do pátio. A gente estava passando muito, muito mal. Ai os vizinhos, que viram que a escola estava sofrendo repressão, começaram a levar água para a gente. Foi a cena mais linda, de

escola pública, mesmo: vizinho, professora, comunidade. Uma mãe, não sei de onde surgiu essa linda mãe, entrou na roda e começou a declamar uma poesia. A gente percebeu: nossa, recuperamos o bastão. Ai o sinal tocou e os policiais foram embora.

A autora da narrativa de violência e de luta que você leu acima é uma estudante de 15 anos chamada Lilith Cristina Passos Moreira, que contou essa história

durante a 4ª edição do Prêmio Heleieth Saffioti, celebrada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em 28 de março. A respeito da agressão que teria sido cometida por um diretor escolar, a Secretária de Estado da Educação foi procurada pela **Apertes** e preferiu não comentar, mas parabenizou a CMSP pelo prêmio.

A estudante tem orgulho de carregar o nome de Lilith, a primeira mulher de Adão, aquela que, segun-

do uma das tradições do judaísmo, teria sido expulsa do paraíso por não aceitar se submeter ao marido e que por isso é saudada como a “primeira feminista”.

Lilith foi escolhida para homenagear todas as estudantes que, no final do ano passado, ocuparam quase 200 escolas públicas e fizeram o governo estadual desistir de um projeto de reorganização que previa o fechamento de 93 escolas. Ou melhor: “femenagear”.



As ganhadoras do prêmio

2016

Lilith Cristina Passos Moreira e Centro de Informação Mulher (CIM)

2015

Rosângela Rigo (1964-2015) e Lurdinha Rodrigues (1960-2015), ambas *in memoriam*

2014

União de Mulheres do Município de São Paulo, Maria Amélia de Almeida Teles e Casa Ângela

2013

Heleieth Saffioti (1934-2010), *in memoriam*

É que, na noite da premiação, as integrantes da mesa preferiram usar uma nova palavra, para tirar o “homem” do verbo e deixar claro que a celebração era delas.

Lilith conta que a presença feminina foi central no movimento contra o fechamento das escolas: “a linha de frente das ocupações era só de meninas”. Isso porque elas tinham mais motivos por que brigar. “A gente é que tinha mais indignação, por ser mulher, pobre, muitas vezes negra, e por ter que aguentar todo dia um professor machista dizendo ‘você não pode usar regata, porque provoca os meninos’”, conta.

Neste ano, o Prêmio Heleieth Saffioti buscou reunir no mesmo evento duas gerações de feministas. Além de Lilith, a premiação também homenageou o Centro Informação Mulher (CIM), surgido em 1979 com “a intenção de acumular, arquivar, registrar a história da vida e luta das mulheres, já que a mulher não

consta da história da humanidade”, conforme explica a artista e militante Marta Baião, presidenta do CIM.

No seu resgate da memória, o CIM montou um acervo de documentos sobre a história do feminismo, com aproximadamente 15 mil livros e 5 mil títulos de periódicos. Além da memória, o CIM também acolhe a arte, por meio do grupo de teatro Mal Amadas Poéticas do Desmonte, que usa a linguagem teatral para falar de feminismo.

Marta levou suas colegas do Mal Amadas ao Salão Nobre na noite de homenagens, onde, juntas, com pandeiros e panelas, dançaram e cantaram sobre luta e identidade feminina: “essa vida pacata passou, não quero mais essa dor, eu não aceito essa dor”.

PRÊMIO

O Prêmio Heleieth Saffioti foi criado em 2012, nos 80 anos de instauração do voto feminino,

pela Resolução 2/2012, de autoria da vereadora Juliana Cardoso (PT), e se propõe a homenagear “as mulheres ou entidades de mulheres que tenham se destacado em ações de combate à discriminação social, sexual ou racial e na defesa dos direitos das mulheres no Município de São Paulo”. A criação da honraria foi sugerida pela União das Mulheres.

As premiadas são escolhidas por uma comissão julgadora formada por representantes da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, ambas da CMSP; do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública paulista; da União de Mulheres de São Paulo; do CIM; da Marcha Mundial das Mulheres e da Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras. “É um prêmio no qual nós tentamos estimular cada vez mais o movimento de mulheres e todas as organizações sociais para que elas continuem realizando seus trabalhos”, afirma Juliana Cardoso.

O nome do prêmio homenageia a pesquisadora, escritora e militante Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, falecida em 2010, aos 76 anos. A advogada Maria Amélia Teles, a Amelinha, da União das Mulheres, afirma que a figura de Heleieth remete à luta pelos direitos femininos como um meio de combate a todas as formas de opressão.

Uma ideia que nem sempre foi compreendida. Nos anos 70, quando os movimentos feministas ganharam força no Brasil, as mulheres tinham que combater não apenas a opressão da sociedade patriarcal e a ditadura militar, mas também a incompreensão de seus colegas de



PULSO • Lilith (de braço erguido) e outras estudantes ocupam escola em São Paulo, no ano passado



LÚDICO • Marta Baião (no centro), presidenta do CIM, um dos ganhadores do prêmio

militância. “A esquerda na época era antifeminista, porque considerava a luta das mulheres um desvio no caminho da luta de classes”, explica Amelinha.

Formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Heleieth tratou de mostrar, em seus livros, que a luta de todos e todas era uma só. Em *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, tese de licenciatura escrita para a Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 1966 e publicada como livro em 1969, a pesquisadora introduziu no debate brasileiro a teoria do nó, que via os problemas de classe social, etnia e gênero como questões atadas umas às outras, de tal jeito que não se mexe com uma sem que se mexa com as demais “Heleieth defendia que a luta da mulher só pode caminhar abraçada à luta contra o racismo e pela

igualdade social”, explica Amelinha.

Heleieth foi professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde criou um núcleo de estudos de gênero. Também recebeu o título de professora emérita da Unesp de Araraquara, onde se aposentou. Morreu em 14 de dezembro de 2010, de hipertensão arterial sistêmica.

Amelinha diz que, se estivesse por aqui, Heleieth teria ficado muito feliz ao testemunhar a explosão dos movimentos feministas ocorrida no ano passado, que revelou os rostos de Lilith e tantas outras feministas adolescentes. “Heleieth teria adorado ver como os feminismos brasileiros se renovaram e hoje estão mais vivos e jovens do que nunca”, afirma. 

A revolta das aves e dos ovos

Prefeitura quis tirar do principal mercado da cidade os vendedores de galinhas e patos, e eles recorreram aos vereadores

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

As aves e seus derivados são, desde sempre, um dos pratos mais comuns nas mesas dos paulistanos. Por isso, não faltavam clientes para os 18 vendedores de galinhas, patos e ovos no Mercado 25 de Março (também conhecido como Mercado Central), o principal de São Paulo no começo do século passado. Mas em 1925 surgiu um problema: a Prefeitura, alegando questões de higiene, exigia que eles passassem a vender seus produtos no Mercado dos Caipiras, que ficava nas proximidades e tinha menos estrutura.

Os comerciantes não gostaram da ideia e apelaram aos vereadores. Uma petição com 109 assinaturas de atacadistas e varejistas dos mais diversos produtos vendidos no Mercado Central solicitava a intermediação da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para que o prefeito Firmiano de Moraes Pinto revogasse a decisão. Em um procedimento raro na época, foram anexados ao documento oito fotos do Mercado 25 de Março, do Mercado dos Caipiras (chamado por eles de “mercadinho”) e dos arredores.

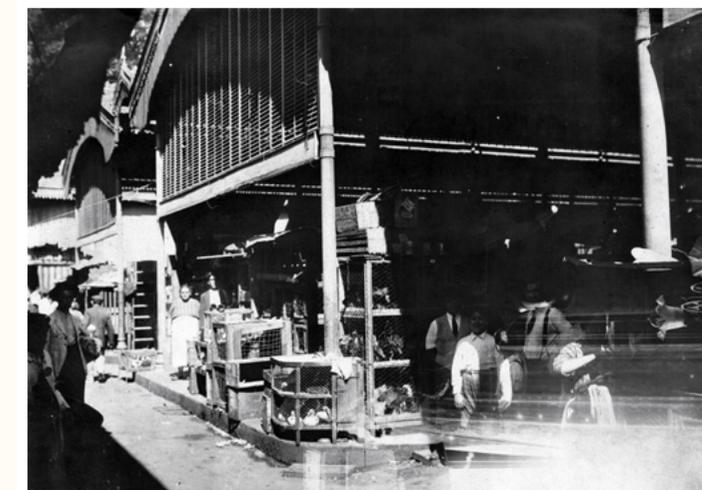
A petição, que está no Arquivo da CMSP, foi encaminhada à Câmara, em 28 de fevereiro de 1925, pelo ex-vereador José Adriano Marrey Júnior, presidente do Centro Comercial dos Mercados, que reunia os vendedores. Entre as justificativas para permanecer no Mercado 25 de Março, apontava que a área disponível no Mercado dos Caipiras era “pequena e acanhadíssima, em terreno descoberto, mal calçado e sem a menor ordem”. Para provar o que diziam, anexaram três fotos do local.

As críticas ao Mercado dos Caipiras eram detalhadas: “é um foco perigoso de fermentação pela abundância de lixo e da lama que se aloja entre os paralelepípedos, tornando-se nocivo à saúde pública e à dos pobres negociantes que ali terão de permanecer para o seu ganha-pão de todos os dias”, lamentavam os comerciantes.

Porém, no documento fizeram questão de ressaltar que não estavam culpando o administrador do Mercado dos Caipiras, que, de acordo com eles, “sempre procurou remediar e desfazer esses defeitos de construção”. O documento dizia que o “lastimável



Inaugurado em 1907, o **Mercado 25 de Março**, localizado na rua de mesmo nome, era uma construção retangular, com boxes em alvenaria de tijolo e dividida em quatro pavilhões interligados no meio por uma pequena torre com um lanternim, “abertura destinada a garantir iluminação e ventilação ao ambiente”, segundo o livro *Mercado Municipal de São Paulo – 70 anos de cultura e sabor*, de Walter Falceta Júnior. Atualmente, no lugar do Mercado 25 de Março está a Praça Fernando Costa, no Centro





Fotos: Arquivo CMSP

Mercado dos Caipiras, também conhecido como “mercadinho”, na Rua Barão de Duprat, região central de São Paulo. Lá, os horticultores dos arredores da capital (chamados de caipiras) vendiam sua produção, trazida por carroças, pelos trens da São Paulo Tramway, Light & Power Company ou por embarcações que percorriam o Rio Tamanduateí

estado sanitário” do local era atribuído “unicamente à má construção do mesmo, feito sem o menor cuidado e a toda pressa”, com paralelepípedos que não eram paralelepípedos, “mas sim pedaços, postos sem ordem, de espaço a espaço”. Tudo comprovado por três fotos, que poderiam “dar uma pá-lida ideia” do que afirmavam.

Os vendedores sugeriam uma solução intermediária: continuariam no Mercado 25 de Março, mas as aves ficariam em gaiolas e viveiros construídos “por conta, natu-

ralmente, da Prefeitura”, para que os comerciantes ficassem “melhor e mais higienicamente instalados”. O fato de pagarem pontualmente o Imposto de Indústria e Profissão também foi lembrado na petição. E aproveitaram para pedir providências (multa e apreensão das mercadorias) contra os vendedores ambulantes que “não pagam imposto de espécie alguma e nem sequer o lugar que ocupam, pois vendem as mercadorias nas calçadas, carroças, carros e autocaminhões em frente ao portão do mercado”.

A conclusão do texto foi uma citação jurídica em latim: *juste petita non sunt deneganda* (não se deve negar as petições requeridas com justiça), mostrando certeza de que poderiam continuar no Mercado 25 de Março “porque a vitória sempre pertence à Justiça”.

Em 23 de maio, os vereadores Coronel Júlio de Andrade Silva e Luciano Gualberto, também membros do Centro Comercial dos Mercados, enviaram ao prefeito Firmiano de Moraes Pinto um requerimento solicitando resposta

com máxima urgência sobre quais providências seriam tomadas em relação aos vendedores de aves e ovos. A resposta chegou seis dias depois. Apesar de toda a argumentação dos comerciantes, Moraes Pinto foi inflexível: os vendedores de aves e ovos teriam de ir para o Mercado dos Caipiras.

No ofício de resposta, enviado ao vereador Júlio Silva, o prefeito anexou um documento do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, no qual se afirmava que “a venda de aves, cabritos, leitões e outros animais no Mercado Central é feita em franca promiscuidade com os compartimentos de carne conservada, que lhes ficam fronteiros, os açougues da carne verde, que os flanqueiam, e as bancas de cereais, que estão colocadas a sua retaguarda”. Segundo a vigilân-

cia sanitária, “tal estado de coisa, além do aspecto desagradável, deixa o ambiente impregnado de emanações repugnantes”.

A Prefeitura também anexou no processo um relatório manuscrito segundo o qual o médico do Serviço Sanitário havia feito uma vistoria no mercado e constatara que “as aves até defecavam nos queijos”. No texto, as autoridades sanitárias reconhecem que “as barracas (do Mercado dos Caipiras) são toscas, inegavelmente, mas estão em melhores condições de higiene” do que as do Mercado 25 de Março, “onde falta luz e ar”.

MERCADÃO

Nas décadas de 20 e 30 do século passado, houve muitos debates sobre as questões higiênicas dos mercados e a necessidade da constru-

ção de um novo centro comercial. Em novembro de 1920, a Câmara Municipal aprovou a Lei 2.346, promulgada no mês seguinte pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto, autorizando a Prefeitura “a entrar em acordo com a Companhia Parque da Várzea do Carmo para aquisição da área necessária à construção do mercado municipal”. Os vereadores ressaltaram que o projeto deveria cumprir “todas as exigências estéticas e higiênicas de edifícios desse gênero, capazes não só de satisfazer às necessidades atuais, como às de ampliação futura”.

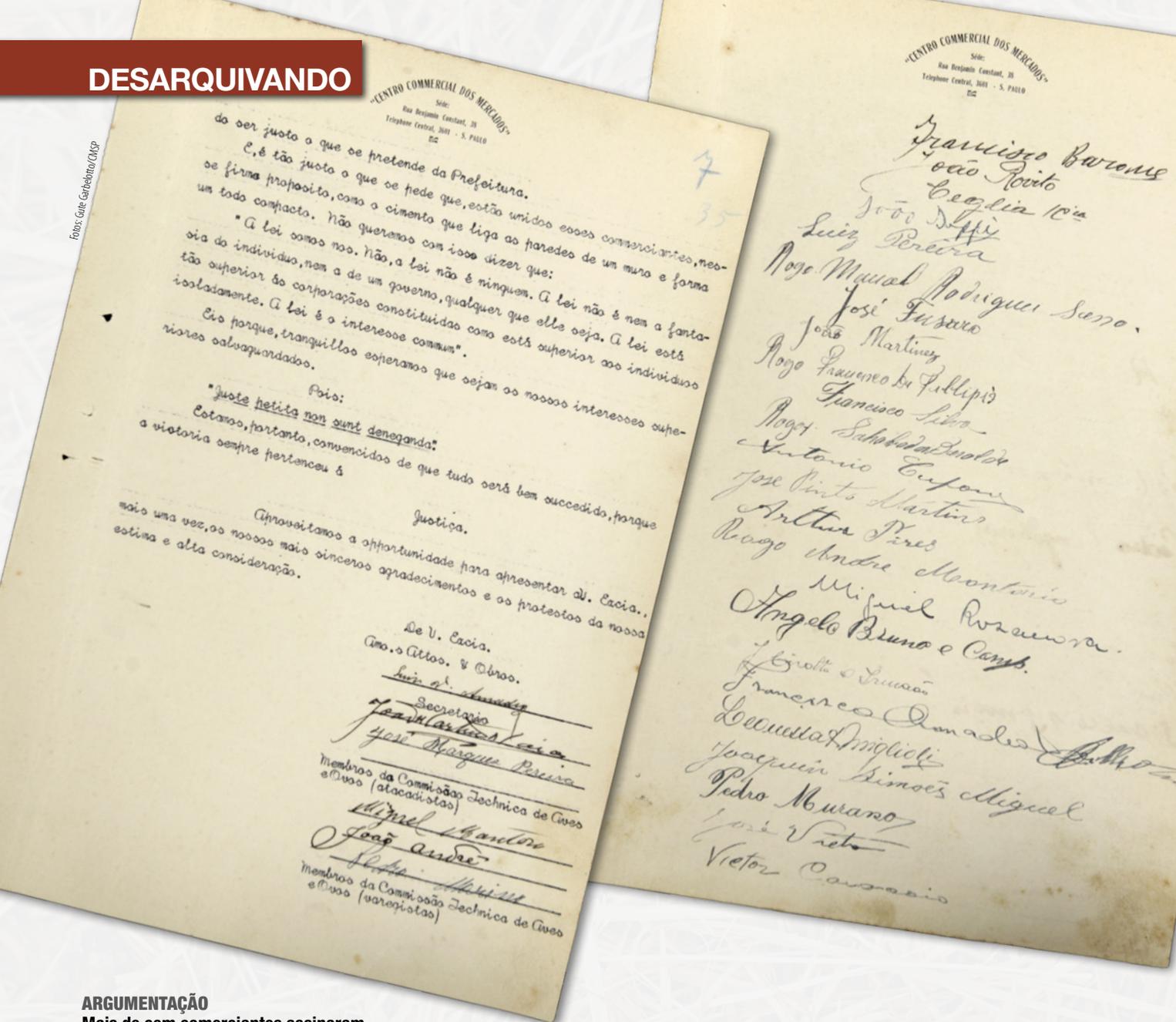
Doze propostas foram apresentadas na concorrência pública, mas nenhuma foi aprovada pela Prefeitura. Assim, em 1924 os vereadores e o prefeito resolveram convocar o arquiteto Ramos de Azevedo. “O projeto definitivo, organizado pelo



Imediações do Mercado Central, na região central de São Paulo



Fotos: Arquivo CMSP



ARGUMENTAÇÃO
 Mais de cem comerciantes assinaram
 petição para continuar no Mercado 25 de Março

provetto (experiente) engenheiro dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, satisfaz às exigências”, apontava um parecer das Comissões reunidas de Justiça, Obras, Higiene e Finanças da CMSP.

Entretanto, as críticas persistiram. Segundo o livro *Mercado Municipal de São Paulo – 70 anos de cultura e sabor*, o vereador Orlando de Almeida Prado achava que o

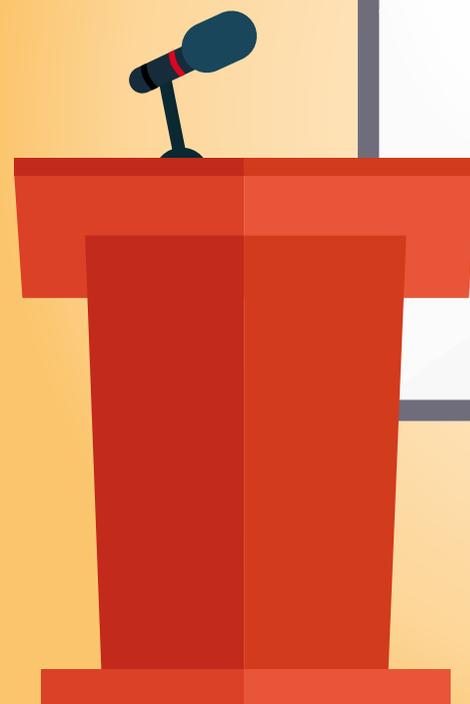
local destinado ao novo mercado era muito pequeno, já que a cidade crescia rapidamente. “Não seria responsável prevenir esse mal aumentando a área, agora que os terrenos ainda estão sem a valorização natural que lhes dará a construção do mercado?”, indagava. Mas a Prefeitura manteve o projeto original.

Finalmente, em 25 de janeiro de 1933, aniversário da cidade, o Mercado Municipal Paulistano,

mais conhecido como Mercado, foi inaugurado. No novo local eram encontrados “laticínios, se- mentes, flores, pescados, etc.”, escreveu *O Estado de S. Paulo*. O jornal também informou que “fo- ram criadas localidades para no- vos gêneros de artigos de econo- mia doméstica que até agora não eram encontrados nos mercados, tais como massas finas, sorvetes, refrescos, garrafas e vidros, arti- gos para jardins, etc.”. Em 1939, os mercados 25 de Março e dos Caipiras foram demolidos. 



ESCOLA DO
PARLAMENTO
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



- CURSOS
- DEBATES
- SEMINÁRIOS
- PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

 /eparlamento  @e_parlamento

www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
 escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
 Telefone: 3396.4960



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

com o **AEDES AEGYPTI**

TUDO CUIDADO É POUCO



O *Aedes aegypti* é transmissor de doenças graves, como:

DENGUE, FEBRE AMARELA, FEBRE ZIKA e CHIKUNGUNYA



Mantenha lixeiras bem fechadas



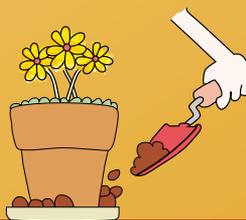
Tampe bem tonéis e barris d'água



Coloque o lixo em sacos plásticos



Não deixe água acumulada



Encha de areia os pratos de vasos e lave-os semanalmente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**